

ÁREA TEMÁTICA: Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

**TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA E ACCOUNTABILITY EM INSTITUIÇÕES
RELIGIOSAS: UM ESTUDO DE CASO NO TERCEIRO SETOR**



Resumo

Este estudo analisa a transparência financeira da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no estado de Alagoas, com foco nos processos de arrecadação, gestão e prestação de contas dos recursos oriundos de doações. O objetivo central foi compreender de que forma a organização adota mecanismos de governança financeira e quais percepções emergem entre seus membros quanto à clareza e confiabilidade das informações disponibilizadas. A pesquisa foi conduzida por meio de abordagem qualitativa e caráter descritivo, utilizando levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas com representantes da administração e membros da igreja. Os resultados revelam a existência de um sistema de controle estruturado, que inclui comprovantes físicos de arrecadação, dupla conferência, registros digitais por meio do sistema Adventist Church Management System (ACMS) e utilização do aplicativo 7me, que possibilita aos doadores acesso a extratos e relatórios. Evidenciou-se ainda a exigência de documentação fiscal para despesas, revisões periódicas em nível estadual e auditorias externas, práticas que reforçam a accountability institucional. As entrevistas apontaram elevado grau de confiança dos membros na gestão financeira, embora tenham sido identificadas lacunas na transparência ativa, como a ausência de um portal público de divulgação acessível a toda a sociedade. Conclui-se que a IASD em Alagoas apresenta arranjos de gestão consistentes e desempenho financeiro saudável, sustentado por crescimento de dízimos, ofertas e patrimônio líquido no quadriênio analisado. Recomenda-se, contudo, a ampliação dos canais de transparência e a intensificação de estratégias comunicacionais, de modo a consolidar a denominação como referência em governança no terceiro setor religioso brasileiro.

Palavras-chave: Terceiro setor; Transparência financeira; Organizações religiosas; Governança.

1. Introdução

A Administração Financeira constitui um eixo fundamental para qualquer organização, independentemente de seu porte, setor de atuação ou finalidade, pois garante a gestão eficiente dos recursos e a sustentabilidade das atividades. Conforme Ross et al. (2010), o papel do administrador financeiro consiste em assegurar que as entradas superem as saídas, gerando valor por meio de decisões relacionadas a investimento, financiamento e liquidez.

No âmbito social, a estrutura organizacional pode ser compreendida em três setores: o Estado (primeiro setor), o mercado com fins lucrativos (segundo setor) e o chamado terceiro setor, formado por entidades sem fins lucrativos que atuam em benefício da coletividade (MPGO, 2025). Essas organizações geralmente se sustentam por doações e subvenções, desempenhando um papel complementar ao Estado em áreas onde este apresenta limitações (Oliveira & Romão, 2011). Tal atuação decorre, em grande medida, das desigualdades sociais e da insuficiência de políticas públicas (Camargo, 2001).

Entre as organizações do terceiro setor, destacam-se as religiosas, como as igrejas evangélicas, que têm no voluntariado e nas contribuições financeiras sua principal fonte de manutenção (Brizola, 2015). O segmento

evangélico, em particular, tem apresentado expressivo crescimento no Brasil. De acordo com o IBGE (2010), sua participação populacional passou de 15,4% em 2000 (26,2 milhões de pessoas) para 22,2% em 2010 (42,3 milhões), com expansão em todas as regiões do país, sobretudo no Nordeste e no Norte.

Esse crescimento fortalece a relevância das igrejas enquanto atores sociais, mas também evidencia a necessidade de mecanismos de transparência na gestão dos recursos recebidos. Apesar de gozarem de imunidade tributária, tais organizações continuam obrigadas a prestar contas, de modo a garantir credibilidade perante fiéis, sociedade civil e Estado (Faria & Rego, 2014). A ausência de informações claras sobre planejamento, captação e aplicação de recursos, observada em diversos sites institucionais, revela fragilidades nesse processo e reforça a importância do tema.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como foco analisar a transparência financeira da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no estado de Alagoas. Busca-se compreender como ocorre o planejamento e o registro financeiro, identificar eventuais deficiências metodológicas, verificar as formas de captação de recursos e propor práticas de transparência que possam ser replicadas em outras entidades religiosas.

A relevância do estudo reside na possibilidade de fortalecer a confiança social em tais organizações, além de contribuir para uma gestão mais responsável e eficiente dos recursos. Ademais, a pesquisa se destaca por abordar um tema ainda pouco explorado na literatura acadêmica nacional, oferecendo subsídios para a reflexão e aprimoramento das práticas financeiras no terceiro setor.

2. Fundamentação Teórica

2.1 O Terceiro Setor e Organizações Religiosas

O terceiro setor, definido como o conjunto de organizações privadas sem fins lucrativos que atuam em benefício coletivo, ocupa um espaço de relevância crescente na sociedade contemporânea. Diferencia-se do primeiro setor, representado pelo Estado, e do segundo setor, constituído pelo mercado com fins lucrativos, por não visar retorno financeiro, mas sim a geração de valor social. Essas entidades mobilizam recursos humanos e materiais para atender demandas sociais em áreas diversas, exercendo papel complementar às políticas públicas e respondendo a lacunas não supridas pelo Estado ou pelo mercado (Carneiro et al., 2011; Stroparo & Kohut, 2022).

Historicamente, no Brasil, o terceiro setor esteve fortemente associado à prática da caridade e da filantropia, especialmente por meio de organizações religiosas. Desde os primeiros séculos da colonização, a atuação da Igreja Católica foi determinante na criação e manutenção de hospitais, escolas e orfanatos, tornando-se referência em ações sociais de apoio à população vulnerável (Muraro & Lima, 2003). Com o tempo, esse modelo expandiu-se e diversificou-se, incluindo organizações comunitárias, associações civis e fundações que passaram a desenvolver atividades culturais, educacionais, ambientais e de saúde, ampliando o escopo de ação desse setor.

Na contemporaneidade, as organizações do terceiro setor abrangem uma ampla variedade de iniciativas voltadas à promoção do bem-estar coletivo. Entre suas áreas de atuação estão programas de assistência social, proteção

ambiental, incentivo à educação e à cultura, defesa de direitos humanos e projetos esportivos e recreativos. Essa diversidade reflete tanto a complexidade das demandas sociais quanto a flexibilidade desse setor em adaptar-se a diferentes contextos e necessidades. Ainda assim, mantém-se a marca distintiva de atuar de forma voluntária, comunitária e não lucrativa (Stroparo, 2022).

Dentro desse contexto, as organizações religiosas assumem posição de destaque, pois articulam dimensões espirituais, sociais e comunitárias em suas práticas. Igrejas, templos e instituições confessionais não apenas oferecem serviços litúrgicos, mas também atuam em frentes de apoio social, como distribuição de alimentos, acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade e promoção de atividades educacionais. Ao longo das últimas décadas, o crescimento expressivo do segmento evangélico no Brasil reforçou ainda mais a centralidade das organizações religiosas no campo do terceiro setor (Datafolha, 2020).

No caso da Igreja Católica, sua estrutura administrativa se organiza em escala global, sob a liderança do Vaticano. O Papa exerce autoridade máxima, delegando responsabilidades a cardeais, arcebispos e bispos, que coordenam arquidioceses e dioceses em diferentes países. No Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) representa um importante fórum de articulação episcopal, ainda que não interfira diretamente na administração das dioceses. A nível local, as paróquias desempenham papel essencial na mediação com os fiéis, oferecendo serviços sacramentais e sociais (Gazir, 2007).

A Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), por sua vez, destaca-se pela estrutura administrativa descentralizada e globalizada, que compreende a Conferência Geral, divisões continentais, uniões, associações e missões locais. Essa organização permite ampla capilaridade, sustentando projetos em áreas como educação, saúde, assistência humanitária e comunicação social. Dados indicam que a IASD é uma das maiores organizações cristãs internacionais, com presença em mais de 200 países, além de manter escolas, hospitais, orfanatos e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), voltada à ajuda humanitária (IASD, 2012; Adherents, 2014).

No Brasil, e especificamente em Alagoas, a IASD estrutura-se por meio de departamentos especializados (presidência, secretaria, tesouraria, ministérios e educação, entre outros), o que lhe confere robustez administrativa. Essa configuração institucional não apenas garante a manutenção das atividades religiosas, mas também permite a gestão eficiente de projetos sociais e educacionais em nível regional. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de práticas transparentes e eficazes de gestão financeira para assegurar a confiança dos fiéis e da sociedade em geral.

O terceiro setor consolidou-se como espaço fundamental para a promoção de ações de interesse público, e as organizações religiosas, em especial, representam um dos segmentos mais influentes dentro desse universo. Sua relevância histórica, amplitude social e capacidade de mobilização lhes conferem protagonismo na provisão de bens e serviços sociais. Contudo, tal posição implica também responsabilidades acrescidas em

termos de governança, transparência e prestação de contas, elementos que serão aprofundados no próximo tópico deste referencial teórico.

2.2 Gestão, Transparência e Orçamento nas Entidades Religiosas

A gestão financeira representa um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade das organizações do terceiro setor, em especial das entidades religiosas. Ainda que não possuam finalidade lucrativa, tais organizações lidam diariamente com fluxos financeiros provenientes de doações, contribuições voluntárias e, em alguns casos, subvenções públicas. Nesse contexto, torna-se imprescindível que o processo de administração financeira seja conduzido com planejamento, disciplina e técnicas adequadas, de forma a assegurar a continuidade das atividades e a manutenção da confiança dos doadores (Ross et al., 2010; Marques et al., 2021).

Um dos principais desafios enfrentados por essas organizações está relacionado ao controle e à alocação eficiente dos recursos. Não basta apenas que as entradas superem as saídas; é necessário que haja critérios claros para a destinação das receitas, acompanhamento sistemático dos gastos e análise periódica da situação financeira. A ausência de mecanismos formais de gestão pode resultar em má utilização de recursos, enfraquecendo a imagem institucional e comprometendo a credibilidade social. Por isso, o gestor religioso precisa desenvolver competências técnicas e adotar instrumentos administrativos que promovam eficiência e responsabilidade (Cruz & Andrich, 2024).

Além do aspecto técnico, a gestão financeira em organizações religiosas deve estar ancorada em valores éticos e em práticas de governança. Conforme argumenta Lima (2016), a prestação de contas transparente, acompanhada de responsabilidade e zelo na aplicação dos recursos, constitui dever inalienável dos gestores religiosos. A ética, nesse sentido, não se restringe ao cumprimento das normas legais, mas abrange também a obrigação moral de demonstrar à comunidade que os recursos estão sendo utilizados para os fins a que foram destinados.

A transparência, conceito-chave na governança, é entendida como a disposição de tornar visíveis informações relevantes, permitindo clareza, inteligibilidade e controle social sobre as ações desenvolvidas (Teles, 2011). Oliveira e Ckagnazaroff (2022) distinguem transparência direta — quando os resultados podem ser observados de forma imediata pela comunidade — e transparência indireta, quando se exige a intermediação de relatórios ou instrumentos técnicos para avaliar a aplicação dos recursos. Em ambos os casos, trata-se de condição indispensável para que haja confiança e legitimidade institucional.

A literatura de economia institucional contribui para esse debate ao destacar a relação entre principais e agentes. Conforme Ferejohn (1999), os doadores (principais) transferem recursos às organizações religiosas (agentes), esperando que estes sejam aplicados de forma a gerar retorno social e espiritual. Essa relação, entretanto, é marcada por assimetria de informação: os contribuintes não têm pleno acesso ou controle sobre o uso dos recursos, o que pode gerar desconfiança. Assim, a prestação de contas e a adoção de mecanismos de monitoramento tornam-se estratégias centrais para

reduzir incertezas e fortalecer a relação de confiança entre fiéis e organizações.

No caso das igrejas evangélicas e da Igreja Adventista do Sétimo Dia, observa-se que as práticas de transparência ainda variam significativamente. Algumas denominações mantêm sistemas internos de registro e disponibilização de informações para membros cadastrados, enquanto outras limitam o acesso apenas a gestores e lideranças. A IASD, em particular, adota relatórios financeiros e comissões administrativas como instrumentos de governança, permitindo a consulta de informações por interessados em suas sedes regionais. Todavia, a ausência de plataformas públicas e acessíveis de transparência ainda é apontada como uma lacuna que precisa ser superada (Faria & Rego, 2014; Stephano & Buesa, 2013).

Nesse cenário, o orçamento se configura como instrumento estratégico para a gestão e a prestação de contas. De acordo com Cruz e Andrich (2024), o orçamento é um mecanismo de controle e planejamento das receitas e despesas, permitindo a projeção de resultados futuros e a avaliação de riscos. Seu processo envolve etapas de elaboração, discussão, aprovação, execução, monitoramento e reavaliação, cada uma delas com participação de diferentes atores organizacionais. Para Guindani et al. (2011), essa sistemática fortalece a capacidade de prever cenários, corrigir desvios e alinhar metas às estratégias institucionais.

Por fim, o orçamento nas organizações religiosas não deve ser visto apenas como ferramenta contábil, mas como um instrumento de governança que traduz valores de responsabilidade, cooperação e participação. Ao possibilitar a integração entre setores, líderes e membros, o orçamento reforça a transparência e evidencia a seriedade na utilização dos recursos captados. Dessa forma, contribui não apenas para a sustentabilidade financeira, mas também para a legitimação social e a continuidade da missão espiritual e comunitária dessas entidades.

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza descritiva, com elementos quantitativos complementares, voltada à análise da transparência financeira da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no estado de Alagoas. Para tanto, foram utilizadas três estratégias principais: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, permitindo a articulação entre dados teóricos, registros oficiais e percepções dos atores envolvidos.

A pesquisa bibliográfica buscou reunir conceitos sobre terceiro setor, governança, transparência e gestão financeira, a partir de livros, artigos e publicações científicas. Paralelamente, a pesquisa documental considerou relatórios financeiros da instituição, como balanços patrimoniais e demonstrações de resultados, publicados em materiais oficiais da Assembleia Quadrienal da IASD em Alagoas, além de outros documentos impressos e digitais disponibilizados pela organização.

As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2023 e o primeiro semestre de 2024, com base em roteiro semiestruturado elaborado especificamente para este trabalho, contendo 14 questões distribuídas em três eixos: estrutura organizacional, gestão de recursos e práticas de

transparência. O tesoureiro da sede administrativa foi o principal entrevistado, dada sua posição de responsabilidade na divulgação dos relatórios financeiros. Também foram ouvidos três membros ativos da igreja e uma ex-funcionária, selecionados por conveniência segundo critérios de tempo de vínculo institucional e experiência no acesso às informações financeiras.

A amostragem, de caráter não probabilístico, foi suficiente para captar diferentes perspectivas, uma vez que as respostas apresentaram alto grau de convergência. Para efeitos de análise, foram destacadas as contribuições de quatro entrevistados: E1 – membro, 28 anos; E2 – tesoureiro, 35 anos; E3 – membro, 55 anos; e E4 – ex-funcionária, 30 anos. As entrevistas foram conduzidas presencialmente na sede da instituição e tiveram duração média de 90 minutos, sendo registradas em guias impressos para posterior sistematização.

A análise de conteúdo dos dados qualitativos foi articulada ao exame dos documentos financeiros e à literatura especializada, em um processo de triangulação que buscou conferir maior consistência às interpretações. O recorte temporal adotado foi transversal, com foco em informações disponíveis e percepções coletadas no período delimitado da pesquisa.

A escolha da IASD como objeto empírico deveu-se à acessibilidade de informações e à colaboração da liderança local, o que permitiu não apenas examinar os relatórios oficiais, mas também compreender como membros e gestores percebem as práticas de transparência financeira da instituição. Dessa forma, a metodologia adotada garantiu robustez analítica ao estudo, ao combinar múltiplas fontes e perspectivas sobre o fenômeno investigado.

4. Análise e Discussão dos Resultados

A análise da transparência financeira da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no Estado de Alagoas evidencia a existência de um aparato institucional robusto, sustentado por práticas de registro, controle e prestação de contas que denotam preocupação com a integridade dos processos. O levantamento revelou que a IASD está presente em 83,3% dos municípios alagoanos, totalizando mais de 28 mil membros distribuídos em 332 igrejas e grupos.

Essa capilaridade institucional não apenas amplia a base de arrecadação, mas também impõe maiores desafios de governança, demandando mecanismos de controle capazes de garantir padronização e confiabilidade na gestão de recursos. Tais características colocam a denominação como um ator relevante no campo religioso e social do estado, em linha com estudos que relacionam o crescimento das organizações religiosas à necessidade de maior accountability (Oliveira & Romão, 2011; Faria & Rego, 2014).

No que se refere ao processo de registro e alimentação de informações, os resultados apontam para um sistema de controle estruturado em múltiplas etapas: emissão de comprovantes físicos, dupla conferência das arrecadações locais e posterior lançamento em sistema digital oficial (ACMS – Adventist Church Management System). Além disso, a utilização do aplicativo 7me amplia as possibilidades de participação e acompanhamento dos membros, permitindo maior acessibilidade às informações. Apesar desses avanços, foram identificados riscos residuais relacionados à dependência de registros manuais, que podem gerar falhas de digitação, bem como barreiras de acesso

para membros com baixa familiaridade digital. A literatura sobre gestão no terceiro setor destaca que a simplificação de processos e a disponibilização de informações em formatos acessíveis são fatores críticos para a construção de legitimidade junto aos stakeholders (Martins et al., 2011).

A análise das saídas de recursos e da prestação de contas evidenciou aderência às boas práticas contábeis, como a exigência de documentos fiscais para qualquer despesa, o envio periódico de relatórios e a submissão das contas a revisões internas e auditorias externas. Esse modelo dialoga diretamente com a noção de accountability reforçada por autores como Brizola (2015), segundo os quais a credibilidade das organizações sem fins lucrativos está diretamente associada à clareza com que demonstram a origem e o destino das verbas recebidas.

Entretanto, observou-se a inexistência de um portal de transparência pública que disponibilize, em tempo real, demonstrações financeiras e relatórios padronizados. Essa ausência limita o escrutínio social mais amplo, restringindo o acesso apenas a membros vinculados ou àqueles que demandam diretamente a informação, o que configura um ponto a ser aprimorado.

As percepções dos membros entrevistados revelam um cenário positivo quanto à confiança na condução dos recursos. Os respondentes relataram que os relatórios apresentados e o acompanhamento das entradas e saídas geram segurança e diferenciam a IASD de outras denominações religiosas. A adoção do aplicativo 7me foi avaliada como um avanço, embora alguns membros tenham apontado necessidade de maior material explicativo sobre sua utilização. Esses achados confirmam a literatura que relaciona a confiança dos doadores à visibilidade dos processos de prestação de contas (Guimarães, 2015; Andrade, 2018). Evidenciam, ainda, a importância dos mecanismos simbólicos de integridade, como relatórios e auditorias, na legitimação das práticas financeiras.

No campo contábil, as demonstrações apresentaram resultados consistentes. Os dígitos registraram crescimento acumulado nos quatro anos analisados, com variações positivas de até 16,9% em 2022. As ofertas, embora tenham sofrido queda em 2020 (-5,83%), apresentaram recuperação nos anos seguintes, atingindo 27,46% em 2023. O balanço patrimonial demonstrou aumento do ativo e crescimento constante do patrimônio líquido, indicando situação financeira saudável, enquanto o passivo apresentou oscilações. Já a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) confirmou superávit em todos os anos, ainda que com oscilações entre períodos de retração e recuperação. Esses resultados evidenciam não apenas resiliência, mas também capacidade de manter a sustentabilidade financeira, corroborando a visão de que a contabilidade é instrumento central para assegurar transparência e orientar decisões estratégicas em organizações sem fins lucrativos (Puspita & SK, 2023).

Comparativamente à literatura existente, os achados deste estudo aprofundam o debate sobre a transparência financeira em organizações religiosas, um tema ainda pouco explorado em pesquisas nacionais. Estudos anteriores, como o de Ferreira et al. (2019) sobre igrejas batistas, e o de Ulharuzo (2011) sobre planejamento financeiro em igrejas, abordaram de forma mais superficial os instrumentos de prestação de contas, sem detalhar balanço patrimonial e DRE. O presente trabalho avança ao sistematizar dados

de arrecadação, registros contábeis e percepções de membros, oferecendo uma visão mais abrangente da gestão financeira em uma organização religiosa de grande representatividade.

Os resultados sugerem que a IASD em Alagoas adota práticas consistentes de registro e prestação de contas, sustentadas por sistemas digitais, controles fiscais e auditorias regulares, o que contribui para a confiança de seus membros e a legitimidade perante a sociedade. Todavia, persistem lacunas, especialmente quanto à transparência ativa e à acessibilidade universal das informações. A superação desses desafios passa pela criação de canais públicos de divulgação financeira, pela intensificação das estratégias de comunicação pedagógica e pela consolidação de relatórios digitais de fácil acesso. Essas medidas não apenas fortaleceriam a accountability da organização, mas também consolidariam sua posição como referência de governança no terceiro setor religioso.

5. Conclusão e Contribuições

O presente estudo teve como objetivo analisar a transparência financeira da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) em Alagoas, examinando o processo de utilização dos recursos provenientes de doações, desde a coleta até sua destinação final. Para tanto, foram considerados registros financeiros disponibilizados pela sede administrativa estadual, documentos institucionais e percepções de membros, em um delineamento que combinou pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Os resultados evidenciaram a existência de mecanismos estruturados de gestão e prestação de contas, como registros formais de arrecadação, uso de sistemas digitais e auditorias internas e externas, o que contribui para a credibilidade da organização perante seus fiéis. A percepção positiva dos membros reforça esse achado, ainda que tenham sido identificados pontos passíveis de aprimoramento, sobretudo no que se refere à transparência ativa e à ampliação da comunicação pedagógica sobre os instrumentos já disponíveis.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a ausência de dados sistematizados de outras denominações religiosas em Alagoas, o que inviabilizou a realização de análises comparativas mais amplas. Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas explorem de forma comparativa a gestão financeira de diferentes organizações religiosas, com amostras maiores de membros e diversidade de fontes, de modo a ampliar a compreensão do fenômeno e suas particularidades no contexto estadual.

Em termos práticos, sugere-se que a IASD avance na institucionalização de canais públicos de divulgação financeira e intensifique suas estratégias de comunicação, de modo a fortalecer ainda mais a confiança dos doadores e consolidar-se como referência em governança e transparência no terceiro setor religioso. Ao trazer esse debate para o âmbito acadêmico e social, o estudo contribui para a valorização da accountability como princípio essencial em organizações sem fins lucrativos, incentivando outras entidades a adotarem práticas semelhantes de clareza e responsabilidade na gestão de recursos oriundos de terceiros.

Referências Bibliográficas

Andrade, C. F., Padilha, G. L., & Castro, T. M. (2018). Contabilidade do terceiro setor: Uma análise sobre a concepção dos contadores. *Revista Humanidades e Inovação*, 5(2), 246.

Brizola, G. V. (2015). Terceiro setor: Análise contábil de uma entidade eclesiástica (Monografia de graduação). Universidade Federal de Santa Catarina.

Camargo, M. F. (2001). *Gestão do terceiro setor no Brasil: Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Futura.

Carneiro, A. F., Oliveira, D. L., & Torres, L. C. (2011). Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: Uma abordagem à relevância da contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(2).

Carvalho, V. C. N. C., & Bonfim, M. P. (2023). A contabilidade nas instituições católicas nos séculos XVII e XVIII. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 17(1), e2319.

Coelho, B. (2019, 20 setembro). Os diferentes tipos de pesquisa: Entenda as características de cada uma. Blog da Mettzer. https://blog.mettzer.com/tipos-de-pesquisa/#pesquisa_descritiva

Cruz, J. A. W., & Andrich, E. G. (2024). *Gestão financeira moderna: Uma abordagem prática*. Curitiba: Intersaberes.

Damasceno, S. R., et al. (2023). *Orçamento empresarial: Mercado Livre (Projeto integrado)*.

Da Silva Lima, B. M., et al. (2021). Gestão financeira e redução de custos para micro e pequenas empresas. *Revista Projetos Extensionistas*, 1(1), 176–181.

De Faria, J. A., & Da Silva Rego, A. L. (2014). Transparência nas entidades religiosas: Um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na Paróquia Senhor do Bonfim. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*, 4(1), 267–300.

Gabriel, D., & Birck, K. C. (2018). Características das publicações acerca do tema orçamento empresarial. *Revista Conexão*, 6, 21–39.

Gazir, A. (2007, 9 maio). Entenda a estrutura da Igreja Católica. BBC Brasil. http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070509_estrutura_igreja.shtml

Guimarães, J. F. N., et al. (2015). A nova face da religiosidade na sociedade contemporânea: Um estudo de caso na Igreja Assembleia de Deus de Monteiro-PB.

Lima, E. B. (2016). Governança nas organizações religiosas: Enfoque na transparência de recursos (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Martins, P. L., Nery, K. P., Borges, K., Souza, M. E., & Borges, R. O. (2011). A contabilidade do terceiro setor: O caso Anália Franco. Anais do VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.

Ministério Público do Estado de Goiás [MPGO]. (2025). O que é o terceiro setor? <https://www.mpgo.mp.br/portal/conteudo/o-que-e-terceiro-setor>

Muraro, P., & Lima, J. E. S. (2003). Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações. Revista FAE, 6(1).

Oliveira, A., & Romão, V. (2011). Manual do terceiro setor e instituições religiosas: Trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Oliveira, D. J. S., & Ckagnazaroff, I. B. (2022). A transparência como um princípio-chave de governo aberto. Administração Pública e Gestão Social.

Puspita, S., & SK, R. (2024). Design and implementation of accounting information systems in religious institutions. Jurnal Indonesia Sosial Teknologi, 5(7), 349–3500. <https://jlist.publikasiindonesia.id/index.php/jlist/article/view/1215>

Ross, S. A., Westerfield, R. W., & Jaffe, J. F. (2010). Administração financeira: Corporate finance. São Paulo: Atlas.

Silva, A. C. R. (2017). Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade. Salvador, BA: UFBA.

Smith, D. H. (1991). Four sectors or five? Retaining the member-benefit sector. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 20(2), 137–150.

Stephano, J. Y. K., & Buesa, N. Y. (2013). Contabilidade do terceiro setor: Enfoque na contabilidade das igrejas de Cotia e Itapevi. Revista Eletrônica de Gestão e Negócios, 4(1).

Stroparo, T. R., & Kohut, F. A. (2022). Utilização de ferramentas gerenciais da contabilidade nas entidades do terceiro setor: Um estudo em fundações no estado do Paraná. Boletim de Conjuntura (BOCA), 12(35), 44–58. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7317658>

Teles, G. M. (2011). O claro-escuro da transparência literária. Revista Guará, 1(1), 95–108.

Trindade, D. (2004). Orçamento social em entidades sem fins econômicos. Rio de Janeiro.

Troc, P. J. O., et al. (2021). Percepção dos gestores sobre fatores contingenciais no orçamento empresarial e uma proposta de adaptação em indústria do oeste do Paraná.

Uma igreja missionária. (2023). Revista III Assembleia Quadrienal Missão Alagoas 2020–2023 (pp. 1–80). Maceió.

G1. (2020, 13 janeiro). 50% dos brasileiros são católicos, 31% evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. G1 – Política. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.gh.html>

36º ENANGRAD